

SIMULADO ESPECIAL

TRT 8

ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE

SERVIÇO SOCIAL - PÓS-EDITAL

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TRT-8**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/c7vTZT9fJiZW9Z5k8

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/b5rv9i

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4dUSHFO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO

Nasci numa fenda de serra e desci sem pressa. Não escolhi o leito: fui abrindo o que a pedra permitia e contornando o que não cedia. Os homens chegaram depois, e foi por mim que chegaram, porque água é caminho. Vi lavadeiras, vi barcos, vi a fábrica que se instalou na curva e escureceu minha água por trinta anos. Não os julgo. Aprendi que quem corre não guarda: levo o que me dão e entrego adiante, sem devolver. Quando me chamam de morto porque a represa me deteve, rio por dentro, no escuro, porque água parada ainda é água, e o que represa não me ensina a esquecer o mar.

1. Na construção da voz narrativa, o rio se define pela tensão entre:

a) submissão ao homem e orgulho da própria força.

b) aceitação do percurso imposto e recusa em guardar o que recebe.

c) memória do passado e desejo de retornar à serra.

d) indiferença ao mundo e ressentimento contra a fábrica.

e) celebração da represa e esquecimento do mar.

2. Em “Quando **me** chamam de morto”, o pronome destacado exerce a função de:

a) objeto direto, e o sujeito do verbo é indeterminado.

b) objeto indireto, e o sujeito do verbo é o termo “morto”.

c) partícula apassivadora, e o verbo está na voz passiva.

d) pronome reflexivo, pois o rio pratica e recebe a ação.

e) adjunto adnominal, pois indica posse.

3. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está corretamente empregado.

a) O rio começou à correr na fenda da serra.

b) As lavadeiras voltavam à margem todos os dias.

c) O rio não obedece à nenhuma barragem.

d) A represa deteve o rio à partir da curva.

e) O rio entregou-se à correr livre pela serra.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

4. Ao final do expediente, a chefe de uma secretaria de vara encontrou na copa um processo físico que deveria estar no cartório. Ela sabe que um, e apenas um, dos servidores Lúcia, Marcos, Nádia e Otávio deixou o processo ali. Questionados, eles declararam:

- Lúcia: “Foi o Marcos.”
- Marcos: “Foi o Otávio.”
- Nádia: “Não fui eu.”
- Otávio: “O Marcos está mentindo.”

Sabendo que apenas um dos quatro servidores disse a verdade, o servidor que deixou o processo na copa e o servidor que disse a verdade são, respectivamente,

a) Marcos e Otávio.

b) Nádia e Otávio.

c) Otávio e Marcos.

d) Nádia e Lúcia.

e) Lúcia e Nádia.

5. Em um tribunal, uma equipe de 6 servidores, trabalhando 5 horas por dia, digitalizou 4.800 páginas de autos em 8 dias. Para um novo lote de 7.200 páginas, foram designados 4 servidores, que trabalharão 6 horas por dia. Considerando que todos os servidores mantêm o mesmo ritmo de trabalho, o número de dias necessários para que a nova equipe digitalize todo o novo lote é

a) 10.

b) 12.

c) 13.

d) 15.

e) 18.

6. Um lote de processos de um cartório pode ser separado em pacotes de 6, de 8 ou de 10 processos, mas, em qualquer desses casos, sobram exatamente 4 processos fora dos pacotes. Se, por outro lado, o lote for separado em pacotes de 7 processos, não sobra nenhum. O menor número possível de processos desse lote é

a) 124.

b) 244.

c) 364.

d) 484.

e) 604.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

7. Em um levantamento realizado com servidores de determinado setor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foram registradas as quantidades de processos administrativos analisados por cada servidor durante um dia de trabalho. Os resultados foram organizados na tabela a seguir.

Quantidade de Processos	Número de Servidores
4	2
6	3
8	4
10	1

Com base nos dados apresentados, a média aritmética do número de processos analisados por servidor é igual a

a) 6,0.

b) 6,8.

c) 7,0.

d) 7,2.

e) 7,5.

8. Considere os valores referentes ao tempo, em minutos, gasto por cinco servidores para concluir determinada tarefa administrativa, em um procedimento de rotina:

$$2, 4, 4, 4, 6$$

Para avaliar a dispersão dos tempos observados, um analista decidiu calcular a variância populacional dos dados, considerando cada um dos cinco valores como uma observação do conjunto completo em análise.

A variância populacional desses tempos, em minutos ao quadrado, é igual a

a) 0,8.

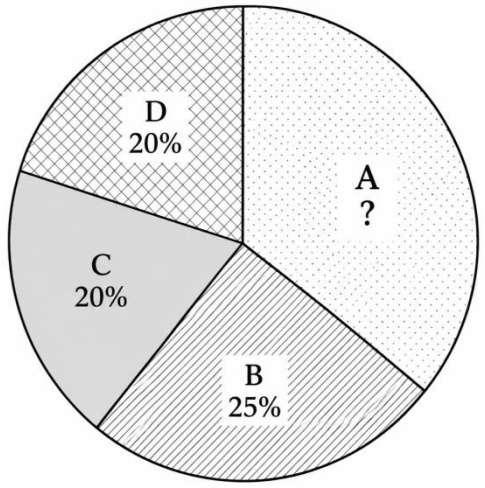
b) 1,0.

c) 1,2.

d) 1,6.

e) 2,0.

9. Em um levantamento sobre a distribuição de 240 solicitações recebidas por determinado setor administrativo, verificou-se a participação percentual de cada categoria de solicitação, conforme os dados apresentados a seguir.



Considerando que cada solicitação pertence a uma única categoria, o número de solicitações classificadas nas categorias A ou C corresponde a

a) 108.

b) 120.

c) 124.

d) 128.

e) 132.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

10. Durante a preparação de um relatório destinado a apresentar a estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, um servidor consultou o art. 3º do Regimento Interno do Tribunal, que enumera expressamente os órgãos que o integram. Considerando exclusivamente as disposições do referido artigo, assinale a alternativa que NÃO apresenta um órgão expressamente previsto no rol regimental.

a) O Tribunal Pleno e as Seções Especializadas.

b) A Presidência e a Vice-Presidência.

c) O Conselho da Ordem do Mérito Jus et Labor e a Escola da Magistratura.

d) As quatro Turmas e os(as) Desembargadores(as) do Trabalho.

e) A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

11. Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região relativas à composição das Turmas e Seções Especializadas, às vedações impostas aos(às) Desembargadores(as) do Trabalho e à competência para processá-los(as) nos crimes comuns e de responsabilidade, assinale a alternativa incorreta.

a) Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau, não poderão ter assento na mesma Turma ou Seção Especializada.

b) Os(As) Desembargadores(as) podem exercer outro cargo ou função, ainda que estejam em disponibilidade, desde que haja compatibilidade de horário.

c) É vedado aos(às) Desembargadores(as) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processos.

d) Os(As) Desembargadores(as) não podem dedicar-se à atividade político-partidária.

e) Os(As) Desembargadores(as) respondem, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, perante o Superior Tribunal de Justiça.

12. No âmbito de um Tribunal Regional do Trabalho, a administração passou a revisar os métodos de gestão e organização do trabalho, com o objetivo de prevenir e enfrentar práticas de violência, assédio e discriminação. Durante uma reunião, foram discutidas medidas relacionadas à participação coletiva, à diversidade, à comunicação entre as equipes e à responsabilidade dos gestores, bem como ao registro dos acolhimentos realizados pelo Comitê competente. Considerando o disposto nos arts. 5º e 6º da Resolução CSJT nº 360/2023, assinale a alternativa incorreta.

a) A prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação devem ter como base a gestão e a organização do trabalho, fomentando-se a gestão participativa, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.

b) Deve-se assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e impedir mecanismos, práticas de gestão e atitudes que favoreçam o assédio.

c) A promoção da comunicação horizontal, do diálogo, do feedback e de canais de escuta e discussão constitui diretriz destinada a identificar problemas e propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.

d) Para fins estatísticos internos do Comitê e de construção de políticas públicas, será registrado exclusivamente o número de acolhimentos, sem identificação dos dados nominais ou dos detalhes do caso.

e) Os gestores e as gestoras são exclusivamente responsáveis pela análise crítica dos métodos de gestão e organização do trabalho adotados em sua unidade, não lhes cabendo corresponsabilidade pela promoção de relações de respeito à diversidade, cooperação e resolução de conflitos na equipe.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

13. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

a) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, permitida a proibição de regresso.

b) Todo ser humano, vítima de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

c) A vontade do povo será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

d) A apatridia é legitimamente reconhecida como um direito.

e) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita, pelo menos nos graus elementares, fundamentais e superior.

14. Considere:

I – Deve ser assegurado às mães que trabalham licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados.

II – O emprego de crianças e adolescentes é expressamente vedado.

III – O descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados devem ser assegurados pelos Estados Membros.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), está correto o que se afirma em:

a) I e III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) III, apenas.

e) II, apenas.

15. De acordo com a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros,

a) terão *status* supralegal.

b) serão equivalentes à lei ordinária.

c) serão equivalentes à lei complementar.

d) terão *status* supraconstitucional.

e) serão equivalentes às emendas constitucionais.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

16. Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

a) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que a pessoa com deficiência não pode casar-se sem autorização judicial.

b) A curatela, quando necessária, abrange todos os atos da vida civil da pessoa com deficiência, inclusive os de natureza existencial.

c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, que pode casar-se e constituir união estável; a curatela é medida extraordinária e alcança apenas atos de natureza patrimonial e negocial.

d) A pessoa com deficiência não pode decidir sobre o número de filhos, ato que depende sempre de autorização do curador.

e) A curatela deve ser decretada automaticamente sempre que houver laudo médico atestando deficiência intelectual.

17. Segundo a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.048/2000, sobre o atendimento prioritário à pessoa com deficiência, analise as afirmativas abaixo.

I. O atendimento prioritário compreende, entre outras finalidades, a proteção e o socorro da pessoa com deficiência em quaisquer circunstâncias.

II. A prioridade de atendimento aplica-se apenas às repartições públicas, não alcançando instituições financeiras e demais serviços privados abertos ao público.

III. Os direitos de atendimento prioritário são extensivos ao acompanhante ou ao atendente pessoal da pessoa com deficiência, observadas as exceções previstas na lei.

IV. A pessoa com deficiência auditiva fica excluída do conceito legal de pessoa com deficiência, por não se enquadrar nas hipóteses de impedimento de longo prazo previstas no Estatuto.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e III estão corretas.

d) II e IV estão corretas.

e) I, III e IV estão corretas.

18. Com base na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5.296/2004, analise as afirmativas abaixo sobre acessibilidade e barreiras.

I. A acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes e sistemas de comunicação e informação pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

II. A Lei classifica as barreiras em urbanísticas, arquitetônicas nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações.

III. A reserva de vagas em estacionamentos para veículos que transportem pessoa com deficiência deve corresponder a 5% do total, com no mínimo uma vaga.

IV. As normas de acessibilidade aplicam-se apenas às edificações de uso público, excluindo as de uso coletivo e as de uso privado multifamiliar.

V. A barreira atitudinal é uma das categorias de barreira.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e IV estão corretas.

d) III, IV e V estão corretas.

e) I, II e V estão corretas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

19. Um servidor criou uma planilha no Google Drive e precisa compartilhá-la com três colaboradores. O primeiro deverá apenas consultar os dados, o segundo poderá inserir comentários e o terceiro ficará responsável por atualizar as informações. Para atender a essas necessidades, as permissões deverão ser atribuídas, respectivamente, como

a) leitor, editor e comentador, pois a permissão de editor permite apenas visualizar o conteúdo, enquanto a de comentador autoriza alterações nas células.

b) comentador, leitor e editor, pois a permissão de comentador impede a inclusão de observações e restringe o acesso à visualização.

c) editor, comentador e leitor, pois a permissão de leitor permite modificar os dados da planilha sem alterar suas configurações de compartilhamento.

d) leitor, comentador e editor, pois essas permissões permitem, respectivamente, visualizar o arquivo, adicionar comentários sem modificar seu conteúdo e realizar alterações nos dados.

e) leitor, comentador e proprietário, pois a atualização dos dados exige obrigatoriamente a transferência da propriedade do arquivo ao colaborador responsável.

20. A instituição disponibiliza um portal interno para consulta de documentos administrativos e acesso a sistemas corporativos. Os servidores podem utilizar esses recursos na rede local e, quando autorizados, acessá-los remotamente por meio de uma conexão VPN. A característica que distingue essa estrutura de uma página pública da internet está apresentada em

a) a intranet utiliza tecnologias e protocolos comuns à internet, como HTTP e HTTPS, mas restringe o acesso aos usuários autorizados, podendo ser acessada remotamente por meio de conexões seguras.

b) a intranet depende exclusivamente de protocolos proprietários, pois o uso de HTTP e HTTPS é permitido apenas em serviços disponibilizados na internet pública.

c) o acesso remoto por VPN transforma automaticamente a intranet em uma extranet pública, eliminando a necessidade de autenticação dos usuários.

d) os navegadores utilizados na internet não podem acessar páginas de uma intranet, sendo obrigatória a instalação de aplicativos específicos para cada sistema interno.

e) a intranet exige que todos os computadores estejam conectados fisicamente à mesma rede local, impedindo o acesso a seus recursos por usuários externos, mesmo quando autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Marina pretende exercer uma atividade profissional lícita para a qual não existe lei estabelecendo qualificações específicas. Uma autoridade pública informa que ela deverá aguardar a edição dessa lei para iniciar a atividade.

Considerando a classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia das normas constitucionais, a orientação recebida por Marina está

a) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia limitada, cuja aplicação depende de lei integrativa que estabeleça previamente as condições e os requisitos necessários ao exercício de cada atividade.

b) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia plena, que assegura o exercício imediato da atividade e impede a imposição de qualificações profissionais por lei.

c) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, que assegura o exercício imediato da atividade, mas permite restrições legais relacionadas às qualificações necessárias ao seu desempenho.

d) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, de modo que a atuação do legislador é necessária para liberar o exercício da atividade e definir os limites correspondentes.

e) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma programática, que estabelece uma diretriz para a atuação legislativa e não permite exigir da Administração o reconhecimento do direito antes da edição da lei regulamentadora.

22. No que se refere ao controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar

a) A ação direta de inconstitucionalidade ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal admite a impugnação de leis federais, estaduais e municipais posteriores à CF/1988, desde que a ofensa ao texto constitucional seja direta.

b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser utilizada contra atos anteriores à CF/1988, mas seu ajuizamento dispensa a verificação da existência de outro meio eficaz de sanar a lesividade.

c) No controle difuso de constitucionalidade, a declaração de inconstitucionalidade de lei por juiz de primeira instância depende de prévia manifestação do tribunal competente, em observância à cláusula de reserva de plenário.

d) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade dependem de resolução do Senado Federal para adquirir eficácia contra todos e efeito vinculante perante os demais órgãos judiciais.

e) A ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal tem por objeto lei ou ato normativo federal e exige a demonstração de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição questionada.

23. A associação Alfa teve suas atividades suspensas por ato de um secretário estadual, sob alegação de desvio de finalidade. Posteriormente, sua dissolução compulsória foi efetivada por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

À luz da CF/1988,

a) as duas medidas são inconstitucionais, pois a suspensão depende de decisão judicial e a dissolução compulsória exige o trânsito em julgado da decisão que a determine, ainda que existam indícios de ilicitude.

b) a suspensão é constitucional, pois decorre do poder de polícia da Administração, mas a dissolução é inconstitucional, uma vez que sua efetivação depende do trânsito em julgado da decisão judicial.

c) a suspensão é inconstitucional, pois somente o Judiciário pode determiná-la, mas a dissolução é constitucional, porque a sentença produz esse efeito independentemente do trânsito em julgado, caso demonstrado o desvio de finalidade.

d) as duas medidas são constitucionais, pois os indícios de desvio de finalidade autorizam a suspensão administrativa e a sentença de dissolução pode ser imediatamente executada, mesmo que ainda esteja sujeita a recurso.

e) as duas medidas são inconstitucionais, pois tanto a suspensão das atividades quanto a dissolução compulsória dependem de decisão judicial transitada em julgado, sendo vedada a adoção de qualquer dessas providências em caráter provisório.

24. Quanto aos princípios fundamentais estabelecidos na CF/1988, é correto afirmar

a) A soberania constitui atributo da União e dos Estados-membros, que a exercem nos limites de suas competências constitucionais, enquanto os Municípios dispõem apenas de autonomia administrativa e financeira.

b) A independência e a harmonia entre os Poderes asseguram a exclusividade de suas funções típicas, impedindo que o Legislativo exerça funções de julgamento ou que o Executivo produza atos normativos com força de lei.

c) O pluralismo político corresponde à liberdade de criação de partidos políticos, razão pela qual sua proteção constitucional se restringe à diversidade partidária, sem alcançar as diferentes convicções e concepções existentes na sociedade.

d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República, enquanto a redução das desigualdades sociais e regionais integra seus objetivos fundamentais, orientando a atuação estatal.

e) A prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz integram os objetivos fundamentais da República, enquanto a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais orientam suas relações internacionais.

25. Laura, de 18 anos, nasceu na Espanha, filha de mãe brasileira que trabalhava em empresa privada. Seu nascimento foi registrado em repartição consular brasileira competente, e ela sempre residiu no exterior.

Nesse caso, conforme a CF/1988, Laura

a) somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e, após estabelecer residência no País, formalizar a opção pela nacionalidade brasileira, pois o registro consular não dispensa esses requisitos.

b) é brasileira nata, pois o registro consular brasileiro lhe atribui nacionalidade originária, sendo desnecessário que venha a residir no Brasil ou que faça opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

c) poderá adquirir a condição de brasileira naturalizada mediante requerimento, desde que resida no Brasil pelo prazo constitucional de um ano ininterrupto e comprove idoneidade moral, em razão de sua ascendência brasileira.

d) somente seria brasileira nata se sua mãe estivesse a serviço da República Federativa do Brasil na ocasião do nascimento, sendo insuficiente o registro consular quando o trabalho desenvolvido no exterior tiver natureza privada.

e) é brasileira nata em razão do registro consular, mas deverá confirmar essa condição após atingir a maioridade, mediante opção expressa perante a Justiça Federal, sob pena de perder a nacionalidade brasileira.

26. Segundo as disposições expressas da CF/1988 sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar

a) As pretensões relativas aos créditos de natureza trabalhista submetem-se à prescrição quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais, observado o prazo bienal para ajuizamento da ação após a extinção do respectivo contrato.

b) A irredutibilidade salarial admite exceção por acordo individual escrito entre empregado e empregador, desde que a redução seja temporária e esteja fundamentada em dificuldades econômicas comprovadas da empresa, preservado o salário mínimo.

c) O trabalho noturno deve ser remunerado em valor superior ao diurno, salvo se o empregado concordar expressamente com a equiparação das remunerações mediante ajuste individual celebrado no momento da contratação.

d) O décimo terceiro salário tem como base o salário básico do trabalhador, excluídas as demais parcelas remuneratórias, e é assegurado exclusivamente aos empregados em atividade, sem extensão aos aposentados.

e) A participação nos lucros ou resultados integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos, enquanto a participação na gestão da empresa constitui direito de exercício obrigatório, independentemente de previsão legal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

27. Determinada autoridade administrativa instaurou processo administrativo disciplinar para apurar suposta falta funcional praticada por um servidor público. Regularmente notificado, o servidor decidiu apresentar defesa escrita por conta própria, sem a assistência de um advogado. Ao final da instrução, a comissão processante elaborou relatório conclusivo e a autoridade aplicou a sanção de suspensão. O servidor, então, questionou a validade do processo alegando ausência de defesa técnica profissional, além de invocar teses sobre a aplicação dos princípios da administração pública. Considerando os princípios e entendimentos aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar acarreta a nulidade absoluta do procedimento por afronta ao princípio da ampla defesa.

b) O princípio da publicidade exige a divulgação oficial dos atos administrativos de caráter geral como requisito indispensável de sua validade.

c) No âmbito do princípio da ampla defesa, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

d) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é permitida a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa sempre que voltada ao atendimento do interesse público.

e) O princípio da motivação alcança de forma genérica e irrestrita todos os atos administrativos, sendo de observância obrigatória inclusive na exoneração de ocupante de cargo em comissão.

28. Durante a execução de um importante contrato de prestação de serviços no Tribunal Regional do Trabalho, o ordenador de despesas tomou diversas decisões administrativas. Algumas dessas decisões basearam-se em critérios discricionários, enquanto outras resultaram na efetuação de despesas sobre as quais recaíram fundadas suspeitas de ilegalidade. A situação motivou a atuação do Poder Judiciário e também o escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU). Considerando os limites do controle judicial e as regras de atuação dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

a) Ao tomar conhecimento formal das supostas irregularidades, o juiz competente poderá exercer o controle judicial de ofício, anulando prontamente os atos viciados do ordenador de despesas para evitar lesão ao patrimônio público.

b) O Poder Judiciário poderá exercer o controle sobre os atos discricionários praticados pelo ordenador de despesas, a fim de verificar se encontram-se dentro dos parâmetros definidos na lei e no Direito, anulando-os em caso de ilegalidade, sem adentrar no juízo de conveniência e oportunidade.

c) Caso o Tribunal de Contas da União constate ilegalidade no contrato administrativo firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho, caberá à referida Corte de Contas a adoção imediata do ato de sustação do contrato, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

d) Se o Tribunal de Contas da União julgar irregulares as contas do ordenador de despesas, este poderá interpor recurso ao Poder Judiciário, que detém competência para rever o julgamento das contas e proferir nova decisão de mérito.

e) As decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União que aplicarem multa ao ordenador de despesas dependem de prévia homologação pelo Poder Judiciário para que adquiram eficácia de título executivo.

29. Mário, servidor de um Tribunal Regional do Trabalho, com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, revelou um fato que devia permanecer em segredo, do qual teve ciência em razão de suas atribuições, propiciando o beneficiamento de uma empresa por informação privilegiada. Mário não auferiu qualquer vantagem patrimonial e sua conduta não gerou perda patrimonial ao erário. Em outra situação no mesmo Tribunal, a servidora Joana, atuando exclusivamente com negligência e imperícia, autorizou a realização de uma despesa sem a observância das normas pertinentes, acarretando efetiva perda patrimonial ao Estado, embora sem qualquer intenção de alcançar esse resultado. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021) sobre as espécies, o elemento subjetivo e as sanções dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) A conduta de Joana configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, visto que a legislação admite a modalidade culposa quando há perda patrimonial efetiva e comprovada para os cofres públicos.

b) O ato praticado por Mário enquadra-se na categoria de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, a qual possui um rol taxativo de condutas expressamente enumeradas na legislação.

c) Para a configuração do ato de improbidade praticado por Mário, bastaria a comprovação da sua voluntariedade, sendo dispensável a demonstração da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

d) Caso Mário seja condenado, o magistrado poderá aplicar a ele, de forma isolada ou cumulativa, as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

e) A conduta de Joana não configura ato de improbidade administrativa, pois a lei exige a conduta dolosa, enquanto o ato de Mário caracteriza improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, cujas sanções limitam-se ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos.

30. Durante a execução de um contrato administrativo firmado por um Tribunal Regional do Trabalho para a construção de um novo edifício-sede, a Administração emite uma ordem escrita suspendendo a execução da obra por quatro meses consecutivos, alegando contingenciamento de verbas. Em paralelo, a contratada se depara com a presença de um solo rochoso não indicado nos estudos técnicos iniciais, o que encarece sobremaneira a fixação das fundações, e sofre também os impactos do aumento de um tributo federal de alcance geral que atinge o custo dos insumos. Considerando as hipóteses de inexecução sem culpa, alteração e extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A presença do solo rochoso não identificado inicialmente caracteriza caso fortuito ou força maior, o que impõe a extinção do contrato sem culpa das partes em virtude da impossibilidade de conclusão dos trabalhos.

b) O aumento do tributo federal de alcance geral configura fato da administração, que consiste em uma ação estatal geral que atinge o contrato de forma reflexa, gerando o direito à alteração dos valores contratuais.

c) A Administração poderá determinar a extinção do contrato por ato unilateral e escrito caso verifique a falta de recursos, uma vez que a lei autoriza a extinção unilateral mesmo no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

d) A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, pelo prazo ocorrido na situação hipotética, confere ao contratado o direito à extinção do contrato.

e) Caso a extinção do contrato ocorra por culpa exclusiva da Administração, o contratado não fará jus ao pagamento do custo de desmobilização, restringindo-se o seu direito à devolução da garantia e ao pagamento pelas parcelas executadas.

31. A administração de um Tribunal Regional do Trabalho precisa contratar a locação de um imóvel específico para sediar um fórum trabalhista, cujas características de instalação e localização são indispensáveis para o atendimento do interesse público. Na mesma ocasião, o órgão necessita realizar a compra de materiais de expediente de uso contínuo, bem como a contratação de serviço técnico especializado de assessoria jurídica com profissional de notória especialização. Considerando as regras sobre contratação direta constantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha configura hipótese de inexigibilidade de licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição.

b) As hipóteses de inexigibilidade de licitação possuem rol taxativo previsto em lei, não sendo admitida a contratação direta fora das situações expressamente enumeradas no texto legal.

c) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização é admitida por inexigibilidade, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.

d) As hipóteses de licitação dispensável possuem rol exemplificativo, conferindo à autoridade administrativa a faculdade de criar novas situações de dispensa conforme o juízo de conveniência e oportunidade.

e) A contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor para a aquisição de compras e outros serviços em geral é cabível para valores iguais ou inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

32. O Tribunal Regional do Trabalho pretende realizar licitações para atender a três demandas distintas: a aquisição de computadores de mesa padronizados no mercado, a escolha de um projeto arquitetônico para a construção de sua nova sede, e a alienação de veículos oficiais antigos que se tornaram inservíveis para a administração. Considerando as modalidades licitatórias e os critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A modalidade pregão pode ser utilizada para a realização de obras de engenharia, adotando-se obrigatoriamente o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

b) O diálogo competitivo é a modalidade indicada para a alienação de bens móveis inservíveis, devendo ser julgado pelo critério de maior lance.

c) O leilão é a modalidade de licitação destinada à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo o critério de julgamento de maior lance exclusivo desta modalidade.

d) A concorrência é cabível para a contratação de bens e serviços especiais e de obras, admitindo todos os critérios de julgamento previstos na legislação, inclusive o de maior lance.

O concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, sendo o julgamento realizado obrigatoriamente pelo critério de técnica e preço.

SERVIÇO SOCIAL

Anna Valéria

33. De acordo com o artigo 8° da lei n° 8.662/93, marque a alternativa correta. Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições, exceto:

a) orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

b) assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário

c) aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS

d) aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS

e) fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.

34. De acordo com o artigo 5° da lei n° 8662/93, constituem atribuições privativas do Assistente Social, exceto:

a) prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade

b) dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação

c) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social

d) elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social

e) coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

35. De acordo com o artigo 16 da lei n° 8662/93, os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores:

a) Multa no valor de 10 vezes o valor da anuidade

b) suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta.

c) cancelamento parcial do registro profissional

d) suspensão definitiva do registro profissional

e) Advertência.

36. De acordo com o artigo 2° do Estatuto da Juventude, o disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios, exceto:

a) promoção da autonomia e emancipação dos jovens

b) valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações

c) promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País

d) reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares

e) Universalidade e promoção do bem-estar juvenil.

37. De acordo com o parágrafo único do artigo 4° do Estatuto da Juventude, entende-se por participação juvenil:

a) a participação individual do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude

b) o envolvimento parcial dos jovens em ações de políticas públicas

c) a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais.

d) a inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão sem direito a voz e voto.

e) a inclusão do jovem somente em espaços comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa.

38. De acordo com o artigo 18 do Estatuto da Juventude, a ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas, exceto:

a) capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação

b) observância das diretrizes curriculares para a educação indígena como forma de preservação dessa cultura

c) inclusão, nos conteúdos curriculares, de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei

d) inclusão, nos conteúdos e de temas relacionados à formação técnica continuada.

e) inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças

39. De acordo com o artigo 20 do Estatuto da Juventude, a política pública de atenção à saúde do jovem será desenvolvida em consonância com as seguintes diretrizes, exceto:

a) acesso universal e gratuito ao Sistema Único de Saúde - SUS e a serviços de saúde humanizados e de qualidade, que respeitem as especificidades do jovem

b) atenção integral à saúde, com especial ênfase ao atendimento e à prevenção dos agravos mais prevalentes nos jovens

c) acesso ao Sistema Único de Saúde - SUS e a serviços de saúde humanizados e de qualidade, de modo que respeitem as individualidades do jovem

d) Reconhecimento do impacto da gravidez planejada ou não, sob os aspectos médico, psicológico, social e econômico

e) valorização das parcerias com instituições da sociedade civil na abordagem das questões de prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de álcool, tabaco e outras drogas.

40. Com base na Resolução CFESS nº 1.114/2025, assinale a alternativa correta acerca das condições éticas e técnicas para o exercício profissional da(o) assistente social:

a) As condições éticas e técnicas são recomendáveis, mas podem ser flexibilizadas pela instituição empregadora quando houver limitações orçamentárias, desde que o atendimento à população não seja interrompido.

b) A responsabilidade pela preservação do sigilo profissional em atendimentos digitais é exclusiva da instituição empregadora, não cabendo à(ao) assistente social adotar medidas adicionais de proteção das informações.

c) A autonomia profissional da(o) assistente social pode ser limitada por exigências institucionais de produtividade, desde que essas exigências estejam previstas nas normas administrativas do empregador.

d) As condições éticas e técnicas são requisitos essenciais e obrigatórios para o exercício profissional, devendo ser asseguradas condições adequadas de trabalho, inclusive nos ambientes digitais, com proteção de dados, acessibilidade e preservação do sigilo profissional.

e) A instalação de câmeras nos espaços de intervenção profissional é permitida sempre que houver autorização da instituição empregadora, independentemente dos efeitos sobre a privacidade das pessoas atendidas.

41. A Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, dispõe sobre a atuação profissional de assistentes sociais em relação ao processo transexualizador e demais expressões da identidade de gênero. Com base na referida resolução, assinale a alternativa CORRETA:

a) A atuação da(o) assistente social deve contribuir para a adequação das pessoas trans aos padrões de gênero socialmente estabelecidos, favorecendo sua integração familiar e comunitária.

b) A atuação profissional deve restringir-se ao encaminhamento de pessoas trans para procedimentos médicos e cirúrgicos, uma vez que as questões relativas à identidade de gênero não integram as competências do Serviço Social.

c) A atuação da(o) assistente social deve fundamentar-se em perspectivas patologizantes da identidade de gênero, considerando a necessidade de acompanhamento profissional para a confirmação da identidade manifestada pela pessoa atendida.

d) A atuação profissional deve respeitar a diversidade de expressão e identidade de gênero, rejeitar práticas discriminatórias e contribuir para a garantia dos direitos das pessoas trans, considerando as determinações sociais, culturais e políticas que atravessam suas experiências.

e) O atendimento de crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans deve ser evitado pelo Serviço Social, cabendo exclusivamente à família decidir sobre a possibilidade de acompanhamento profissional.

42. De acordo com a Resolução CFESS nº 1.098/2025, no que se refere à salvaguarda de documentos técnicos e documentos técnicos sigilosos do Serviço Social, assinale a alternativa CORRETA:

a) A responsabilidade pela segurança da informação é exclusiva da instituição empregadora, cabendo à(ao) assistente social apenas cumprir as orientações administrativas recebidas.

b) Os documentos digitais armazenados em computadores pessoais, serviços de nuvem e aplicativos de mensagens estão dispensados das medidas de segurança previstas na resolução, desde que não estejam armazenados em equipamentos institucionais.

c) A(o) assistente social deve utilizar senhas individuais de acesso aos sistemas informatizados e computadores, evitando o compartilhamento de credenciais e assegurando a confidencialidade dos dados, sendo a responsabilidade pela segurança da informação compartilhada com a instituição.

d) A identificação de um documento como sigiloso é facultativa nos sistemas informatizados, pois o sigilo decorre automaticamente da natureza da profissão, independentemente dos procedimentos de registro.

e) A impressão de documentos digitais solicitados por usuários ou outros setores institucionais dispensa cuidados específicos de proteção, uma vez que o documento impresso deixa de estar sujeito aos riscos próprios dos sistemas informatizados.

SERVIÇO SOCIAL

Nilza Ciciliati

43. A consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro resultou de um processo histórico de renovação profissional, articulado às transformações da sociedade brasileira e às lutas pela democratização. Sua materialização envolve dimensões que ultrapassam o âmbito estritamente normativo da profissão. Considerando os fundamentos do Projeto Ético-Político, especialmente as formulações de Teixeira e Braz (2009), analise as afirmativas:

I. A dimensão jurídico-política do projeto profissional restringe-se ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação da Profissão, não abrangendo legislações sociais de caráter mais amplo.

II. Os projetos profissionais constituem construções coletivas e historicamente determinadas, vinculadas a projetos societários, embora não se confundam integralmente com eles.

III. A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social e as instâncias político-organizativas da profissão constituem componentes que conferem materialidade ao Projeto Ético-Político.

IV. A existência de instrumentos normativos comprometidos com a defesa dos direitos sociais assegura, por si só, a efetivação do Projeto Ético-Político, independentemente das condições concretas do exercício profissional.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e IV.

c) I, III e IV.

d) II e III.

e) I e III.

44. Uma assistente social integrante de equipe multiprofissional de um Tribunal Regional do Trabalho realiza atendimento a uma trabalhadora que relata situações de violência familiar, dificuldades financeiras e informações íntimas sobre sua vida pessoal.

Posteriormente, a chefia solicita que a profissional registre integralmente o conteúdo da entrevista em uma plataforma institucional acessível a todos os integrantes da equipe e a servidores administrativos, sob a justificativa de assegurar a transparência e a integração das informações.

Considerando as disposições do Código de Ética Profissional de 1993 acerca do sigilo profissional, é correto afirmar que

a) a chefia institucional poderá determinar o compartilhamento integral das informações, uma vez que o dever de colaboração administrativa prevalece sobre o sigilo profissional.

b) o trabalho multiprofissional admite o compartilhamento de informações nos limites do estritamente necessário, sendo a quebra do sigilo excepcionalmente admissível nas situações graves previstas no Código de Ética.

c) a proteção conferida pelo sigilo profissional possui caráter absoluto, não admitindo sua quebra, mesmo quando a situação representar grave prejuízo aos interesses da usuária ou de terceiros.

d) a participação em equipe multiprofissional afasta a obrigação individual de sigilo, uma vez que as informações obtidas durante o atendimento passam a pertencer coletivamente à instituição.

e) a autorização verbal da usuária obriga a assistente social a disponibilizar integralmente os registros profissionais aos demais servidores, independentemente da finalidade do acesso.

45. As transformações contemporâneas no mundo do trabalho, associadas à reestruturação produtiva, à financeirização do capital e à incorporação de tecnologias digitais, repercutem sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais e sobre as demandas institucionais.

Em determinado Tribunal Regional do Trabalho, a implantação de sistemas digitais ampliou as possibilidades de atendimento remoto e de sistematização dos dados sociais. Simultaneamente, foram estabelecidas metas quantitativas de produtividade, redução dos tempos de atendimento e maior padronização dos procedimentos.

À luz da análise de Marilda Villela Iamamoto sobre os espaços sócio-ocupacionais e o exercício profissional contemporâneo, esse cenário evidencia que

a) a incorporação das tecnologias digitais confere plena autonomia ao assistente social, pois elimina a interferência do empregador sobre a organização dos processos de trabalho.

b) a condição de trabalhador assalariado impede a formulação de respostas profissionais críticas, tornando inevitável a submissão integral aos objetivos institucionais.

c) a modernização tecnológica transforma a questão social em objeto exclusivamente administrativo, substituindo a necessidade de análise das relações sociais por indicadores de produtividade.

d) o processo de trabalho profissional passa a ser definido exclusivamente pelas escolhas teórico-metodológicas do assistente social, independentemente dos recursos e das condições institucionais.

e) o exercício profissional expressa tensões entre as exigências institucionais, as demandas dos usuários e a relativa autonomia do assistente social, que pode construir estratégias profissionais orientadas pela defesa de direitos.

46. No acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, uma equipe técnica identifica que diversas mulheres assumem, quase exclusivamente, a responsabilidade pelos cuidados com crianças, pessoas idosas e familiares com deficiência. Durante reunião institucional, alguns profissionais defendem que a intervenção deve priorizar o fortalecimento das responsabilidades familiares, considerando que a proteção social é uma obrigação primordial das próprias famílias, cabendo ao Estado atuar somente quando estas esgotarem seus recursos. Considerando o debate contemporâneo sobre família e políticas sociais, especialmente as contribuições de Regina Célia Tamaso Mioto, a intervenção profissional comprometida com a perspectiva crítica do Serviço Social deve

a) reconhecer a pluralidade das configurações familiares, analisar as desigualdades sociais e de gênero que atravessam o cuidado e fortalecer o acesso às políticas públicas, evitando a responsabilização exclusiva das famílias por sua proteção.

b) privilegiar o modelo familiar nuclear como referência de organização e estabilidade, pois sua estrutura favorece o exercício das funções protetivas.

c) compreender a matricialidade sociofamiliar como princípio que transfere prioritariamente às famílias a responsabilidade pela provisão de proteção social, reservando ao Estado função subsidiária.

d) concentrar o acompanhamento na mudança de comportamentos individuais, uma vez que a vulnerabilidade social decorre principalmente da fragilidade dos vínculos afetivos e da inadequação dos padrões familiares.

e) estabelecer como objetivo central da intervenção a recuperação da capacidade de autossustento familiar, condicionando o acesso aos serviços públicos à demonstração prévia de esgotamento dos recursos privados.

47. Uma mulher de 66 anos, sem rendimentos próprios, reside com seu marido de 70 anos, aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, que recebe benefício mensal equivalente a um salário-mínimo. O casal não possui outras fontes de renda. Ao procurar atendimento socioassistencial, a mulher manifesta interesse em requerer o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Considerando a Lei nº 8.742/1993 e as disposições relativas à composição da renda familiar para fins de concessão do BPC, é correto afirmar que

a) a aposentadoria do marido deverá ser integralmente computada na renda familiar, uma vez que a exclusão legal se aplica exclusivamente a benefícios assistenciais.

b) o benefício previdenciário recebido pelo marido somente poderá ser desconsiderado da renda familiar caso ele também seja reconhecido como pessoa com deficiência.

c) o benefício previdenciário de até um salário-mínimo recebido pelo marido idoso não será computado no cálculo da renda para a concessão do BPC à esposa, permanecendo necessária a comprovação dos demais requisitos legais.

d) a concessão de benefícios assistenciais a mais de um integrante da mesma família somente é permitida quando ambos forem pessoas com deficiência, sendo vedada aos idosos.

e) a existência de integrante familiar com idade superior a 65 anos assegura automaticamente o benefício assistencial ao cônjuge, independentemente da avaliação dos requisitos socioeconômicos.

48. Uma trabalhadora segurada do Regime Geral de Previdência Social sofreu acidente de trânsito durante suas férias, sem relação com o exercício de sua atividade profissional. Após período de afastamento e recebimento de benefício por incapacidade temporária, houve consolidação das lesões, permanecendo sequelas definitivas que reduziram sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Apesar disso, a segurada retornou ao trabalho, percebendo remuneração normalmente. À luz das disposições da Lei nº 8.213/1991 acerca do auxílio-acidente, é correto afirmar que

a) a concessão do auxílio-acidente pressupõe a existência de nexo causal entre o acidente e o trabalho, não sendo admitida quando o evento decorrer de acidente de natureza não ocupacional.

b) o auxílio-acidente possui natureza substitutiva da remuneração e exige incapacidade total e permanente para o desempenho de qualquer atividade profissional.

c) o retorno da segurada à atividade remunerada determina a cessação do auxílio-acidente, uma vez que o benefício pressupõe afastamento contínuo do trabalho.

d) o auxílio-acidente possui natureza indenizatória, sendo devido, na hipótese apresentada, a partir do dia seguinte ao da cessação do benefício por incapacidade temporária, independentemente da remuneração recebida, vedada sua acumulação com aposentadoria.

e) a redução parcial da capacidade para o trabalho habitual impede a concessão do auxílio-acidente, que exige impossibilidade definitiva de retorno à atividade anteriormente exercida.

49. Uma assistente social integrante da equipe de um serviço público de saúde identifica indícios de violência psicológica e negligência contra uma mulher de 76 anos. Durante o atendimento, a pessoa idosa demonstra receio de denunciar os familiares envolvidos, e ainda não existem elementos suficientes para confirmar definitivamente a ocorrência da violência. Considerando as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa relativas à identificação da violência e às medidas de proteção, a conduta institucional adequada consiste em

a) aguardar a confirmação definitiva da violência antes de realizar qualquer comunicação, pois a obrigação legal de notificação pressupõe comprovação dos fatos.

b) realizar a notificação compulsória à autoridade sanitária e a comunicação obrigatória a qualquer um dos órgãos legalmente indicados, independentemente da confirmação definitiva da violência.

c) comunicar exclusivamente à autoridade policial, pois a legislação não admite o encaminhamento dos casos aos Conselhos da Pessoa Idosa ou ao Ministério Público.

d) encaminhar a situação ao Conselho Tutelar, órgão responsável pela aplicação das medidas protetivas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa.

e) dispensar a notificação compulsória quando a pessoa idosa solicitar sigilo, uma vez que sua manifestação de vontade afasta as obrigações legais impostas aos serviços de saúde.

50. Uma mulher de 28 anos, com deficiência intelectual, comparece ao atendimento psicossocial de um órgão público acompanhada de familiares. Ela manifesta o desejo de casar-se e administrar determinados interesses patrimoniais, com apoio de pessoas de sua confiança. Os familiares, entretanto, sustentam que a existência da deficiência intelectual exige a instituição de curatela ampla, inclusive para decisões relacionadas à vida afetiva, ao casamento e ao exercício dos direitos políticos. Considerando as disposições da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que

a) a deficiência intelectual implica limitação da capacidade civil para o casamento, sendo necessária autorização judicial específica para a constituição de vínculo matrimonial.

b) a tomada de decisão apoiada constitui medida obrigatória para todas as pessoas com deficiência intelectual, independentemente de sua manifestação de vontade.

c) a curatela deve alcançar os atos patrimoniais, negociais e existenciais, incluindo decisões referentes ao casamento, ao exercício do voto e à sexualidade.

d) a tomada de decisão apoiada pressupõe a substituição da vontade da pessoa com deficiência pelas decisões dos apoiadores, especialmente quando envolver negócios patrimoniais.

e) a curatela constitui medida extraordinária, proporcional às necessidades do caso e limitada aos atos de natureza patrimonial e negocial, preservando-se os direitos existenciais e a possibilidade de adoção facultativa da tomada de decisão apoiada.

51. Uma mulher procura atendimento em um serviço de apoio psicossocial vinculado ao sistema de justiça, relatando que seu ex-companheiro, com quem nunca chegou a residir, continua a persegui-la, ameaçá-la e controlar suas relações pessoais após o término do relacionamento. A vítima informa que ainda não registrou boletim de ocorrência nem formulou representação criminal, mas teme que as ameaças se agravem. Considerando a Lei nº 11.340/2006, inclusive as disposições relativas às medidas protetivas de urgência, é correto afirmar que

a) as medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente de boletim de ocorrência, inquérito policial ou ação penal, com base em cognição sumária e na avaliação da existência de risco, vigorando enquanto este persistir.

b) a ausência de coabitação entre a vítima e o agressor impede o reconhecimento de violência doméstica e familiar, ainda que tenha existido relação íntima de afeto.

c) a concessão de medidas protetivas exige a demonstração de violência física, não sendo suficientes situações que envolvam exclusivamente ameaças ou violência psicológica.

d) as medidas protetivas de urgência possuem prazo legal máximo de trinta dias, não podendo ser mantidas após esse período, mesmo quando persistir o risco à vítima.

e) a adoção de medidas protetivas pressupõe a instauração de inquérito policial e o oferecimento de denúncia criminal pelo Ministério Público.

SERVIÇO SOCIAL

Coimbra Almeida

52. A Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, representou um importante avanço na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar, especialmente ao estabelecer medidas protetivas de urgência destinadas à preservação de sua integridade e segurança. Considerando as disposições legais relativas às medidas protetivas de urgência direcionadas à vítima, o juiz poderá, quando necessário e sem prejuízo de outras providências,

a) determinar a matrícula da criança ou do adolescente em estabelecimento de ensino próximo à sua residência ou ao local de trabalho de seu responsável legal, bem como sua transferência para outra instituição equivalente, ainda que não haja disponibilidade de vagas.

b) estabelecer a proibição de contato exclusivamente presencial entre o agressor e a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência, permanecendo permitidas as demais formas de comunicação.

c) encaminhar a situação ao juízo competente para avaliação de acolhimento familiar ou colocação em família substituta, quando não for possível afastar o agressor do domicílio ou decretar sua prisão, ficando excluída a possibilidade de acolhimento institucional.

d) determinar a prisão imediata do agressor diante da comprovação de episódios anteriores de violência, independentemente da presença de elementos que indiquem ameaça atual à integridade da criança ou do adolescente.

e) determinar a inserção da criança ou do adolescente em programa de proteção a vítimas, uma vez que a legislação não contempla a extensão dessa medida a familiares, denunciantes, noticiantes ou testemunhas.

53. A Lei Henry Borel n.º 14.344, de 24 de maio de 2022, cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. Nessa Lei, a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às crianças e aos adolescentes, as estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente serão incluídas de forma integrada nas seguintes bases de dados:

a) Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sistema de Justiça e Segurança

b) Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social

c) Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Sistema de Justiça e Segurança

d) Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sistema de Justiça e Segurança; Sistema do Supremo Tribunal Federal

e) Sistema de proteção de dados

54. A Lei nº 14.344/2022, denominada Lei Henry Borel, estabelece mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, definindo atribuições específicas aos órgãos integrantes da rede de proteção.

Considerando as competências expressamente atribuídas ao Conselho Tutelar pela referida legislação, assinale a alternativa correta.

a) Realizar avaliações sociais e visitas domiciliares junto a integrantes da família extensa que manifestem interesse em assumir os cuidados da criança ou do adolescente vítima de violência doméstica, com a finalidade de verificar a existência de condições adequadas de proteção.

b) Determinar o afastamento imediato do autor da violência do ambiente doméstico quando o município não constituir sede de comarca e não houver delegado de polícia disponível no momento da comunicação da ocorrência.

c) Solicitar diretamente ao Poder Judiciário a decretação da prisão preventiva do agressor sempre que a medida de afastamento do domicílio se revelar insuficiente para assegurar a integridade da vítima ou evitar novas situações de violência.

d) Realizar a oitiva de crianças e adolescentes por meio do procedimento de depoimento especial, comunicando posteriormente os fatos à autoridade policial quando constatada a ocorrência de violência.

e) Representar ao Ministério Público para que seja requerida judicialmente a produção antecipada de provas, mediante ação cautelar, nas situações que envolvam violência praticada contra crianças e adolescentes.

55. A Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, estabelece mecanismos destinados à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, fortalecendo o sistema de proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando as diferentes manifestações da violência contra crianças e adolescentes, assinale a alternativa que apresenta uma situação caracterizada como violência física.

a) Uma adolescente de 14 anos, após sofrer intimidações e constrangimentos frequentes por colegas no ambiente escolar, passa a apresentar comportamentos de automutilação.

b) Um menino de 10 anos, após retirar dinheiro da carteira do pai sem autorização, é submetido a agressões corporais como forma de punição pelo comportamento.

c) Uma criança de 9 anos, que apresenta episódios recorrentes de perda involuntária de urina durante o sono, é constantemente ridicularizada pela mãe diante de outras pessoas.

d) Uma mulher sai para participar de um evento social e deixa seus dois filhos, de 4 e 6 anos, sozinhos e trancados na residência durante várias horas.

e) Ao descobrir que seu filho de 12 anos acessava conteúdos pornográficos na internet, uma mãe decide restringir temporariamente o uso do aparelho celular como medida de orientação e proteção.

56. A Lei nº 14.344/2022, denominada Lei Henry Borel, integra o conjunto de normas destinadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Considerando os objetivos expressamente estabelecidos em seu art. 1º, assinale a alternativa correta.

a) Institui instrumentos específicos de proteção de crianças e adolescentes contra situações de violência ocorridas exclusivamente em instituições de ensino e ambientes educacionais semelhantes.

b) Disciplina o enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes, abrangendo crimes praticados no Brasil contra vítimas nacionais ou estrangeiras e aqueles cometidos no exterior contra brasileiros.

c) Regulamenta o sistema de garantia de direitos destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de diferentes manifestações de violência.

d) Modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente para assegurar expressamente o direito à educação e aos cuidados livres de castigos físicos e de práticas cruéis ou degradantes.

e) Estabelece mecanismos voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar praticada contra crianças e adolescentes.

57. A norma conhecida como Lei Henry Borel, que inclusive estabelece o dia 3/5 de cada ano como Dia Nacional de conscientização com relação ao tema, trata de prevenção e enfrentamento:

a) das doenças psiquiátricas e declínio da capacidade mental entre os idosos.

b) de bullying e outras formas de discriminação entre as crianças e os adolescentes.

c) da mutilação e suicídio entre os adolescentes.

d) das doenças sexualmente transmissíveis e que acometem o aparelho reprodutor feminino e masculino.

e) da violência doméstica e familiar contra as crianças e os adolescentes.

58. Em município que não é sede de comarca, uma criança encontra-se sob risco atual à integridade física em razão de agressões praticadas por familiar. No momento da denúncia, não há delegado de polícia disponível. Um policial determina o afastamento imediato do agressor. De acordo com a Lei nº 14.344/2022, essa providência:

a) depende de ratificação prévia do Conselho Tutelar, que possui competência administrativa originária para determinar o afastamento.

b) é admitida nas condições descritas, devendo o juiz ser comunicado em até 24 horas e decidir, em igual prazo, sobre sua manutenção ou revogação, com ciência simultânea ao Ministério Público.

c) é vedada, pois o afastamento imediato do agressor constitui atribuição exclusiva da autoridade judicial, ainda que não haja delegado disponível.

d) somente poderá produzir efeitos após manifestação do Ministério Público, no prazo de 48 horas.

e) pode ser mantida por decisão autônoma da autoridade policial até a conclusão do inquérito, dispensada a comunicação judicial.

59. Uma criança de nove anos é vítima de violência doméstica e familiar. Após o encaminhamento do pedido de medidas protetivas ao Poder Judiciário, a equipe técnica identifica risco de novas aproximações do agressor e necessidade de transferência escolar.Considerando a Lei Henry Borel, assinale a alternativa correta.

a) A concessão de medidas protetivas depende de audiência prévia das partes, salvo quando comprovada lesão corporal grave.

b) A transferência escolar compulsória pressupõe disponibilidade de vaga, por não constituir medida diretamente relacionada à integridade da vítima.

c) As medidas de proteção somente podem ser concedidas após a conclusão da investigação policial e o oferecimento de denúncia.

d) A concessão de medidas protetivas exige manifestação prévia do Ministério Público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 horas.

e) As medidas protetivas podem ser concedidas imediatamente, sem audiência prévia das partes ou manifestação prévia do Ministério Público, admitindo-se a determinação judicial de matrícula ou transferência escolar independentemente de vaga, nos termos legais.

60. Uma equipe multiprofissional discute a atuação do Conselho Tutelar e do Ministério Público diante de violência doméstica contra criança, considerando a necessidade de proteção imediata e preservação de elementos probatórios. Segundo as disposições da Lei nº 14.344/2022, é correto afirmar que:

a) o Conselho Tutelar pode representar à autoridade competente pelo afastamento do agressor e ao Ministério Público para requerer ação cautelar de antecipação de produção de prova, sem que isso lhe confira competência para decretar diretamente tais medidas.

b) o Conselho Tutelar possui competência para decretar prisão preventiva quando a medida de afastamento não for suficiente para proteger a criança.

c) o Ministério Público pode delegar ao Conselho Tutelar a realização de depoimento especial com finalidade probatória, independentemente das regras da Lei nº 13.431/2017.

d) a atuação do Conselho Tutelar limita-se ao encaminhamento socioassistencial, sendo-lhe vedado requerer medidas relacionadas à proteção judicial.

e) a representação para produção antecipada de prova deve ser dirigida diretamente ao delegado de polícia, que decidirá sobre a medida sem intervenção judicial.

REDAÇÃO

Texto I

"Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas." (Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Texto II

"Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (...) § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena." (Lei nº 13.146/2015)

Texto III

"Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho." (Lei nº 13.146/2015)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: DA GARANTIA LEGAL À SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0